

Geoestratégia no Atlântico Sul: relações bilaterais Brasil-África do Sul na área de defesa

*Geostrategy of the South Atlantic: bilateral relations
between Brazil and South Africa in the defense area*

Diulia Dorneles Rosso*

Mariana Morena Pereira**

Daniel Deliberali***

Felipe Rocha de Carvalho****

Gustavo Rodrigues Costa*****

Resumo

A posição geoestratégica do Atlântico Sul é um ponto essencial para compreender as dinâmicas de defesa entre o Brasil e África do Sul enquanto potências regionais. O presente artigo tem como objetivo discutir as políticas de defesa adotadas por tais países – com foco em suas relações bilaterais e os principais avanços de cooperação nessa área a partir dos anos 2000 –, no intuito de averiguar possibilidades de aprofundamento das relações já existentes. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos sobre o tema, bem como a análise de documentos oficiais dos governos brasileiro e sul-africano. Ao longo do trabalho, verificou-se que os laços de cooperação em defesa entre Brasil e África do Sul se intensificaram na década de 2000 e que o reconhecimento da importância do Atlântico Sul possibilita perspectivas otimistas para o aprofundamento da cooperação entre os dois países.

Palavras-chave: Brasil. África do Sul. Defesa. Atlântico Sul. Cooperação.

Abstract

The geostrategic position of the South Atlantic is an essential point to understand the defense dynamics between Brazil and South Africa as regional powers. This article aims to discuss defense policies adopted by these countries - focusing on bilateral relations and major advances of cooperation in this area from the 2000s - in order to assess possibilities for enhancing existing relationships. Therefore, a literature review on the topic was carried out and the analysis of official documents of the Brazilian and South African governments. Throughout the work, it was found that the ties of cooperation in defense between Brazil and South Africa have intensified in the 2000s and the recognition of the importance of the South Atlantic provides optimistic prospects for further cooperation between the two countries.

Keywords: Brazil. South Africa. Defense. South Atlantic. Cooperation.

* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Contato: diulia_rosso@hotmail.com

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Contato: mariana_morena30@hotmail.com

*** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Contato: danieldeliberali@hotmail.com

**** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Contato: feliperochacarvalho@hotmail.com

***** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Contato: gustavo_rc@hotmail.com

Introdução

Considerando a definição de geoestratégia, a qual implica no estudo das variáveis do espaço e projeta o conhecimento na atividade estratégica, pode-se afirmar que o Atlântico Sul, possui uma relevante importância geoestratégica, potencializada com a potencializada com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) no final da década de 80, propiciou uma intensificação da cooperação entre países sul-americanos e da costa africana. Nesse contexto, o papel de liderança exercido pelo Brasil e África do Sul em suas respectivas regiões promoveu a convergência de seus interesses no âmbito de defesa do Atlântico Sul no cenário pós-Guerra Fria devido, especialmente, à queda do regime do Apartheid e a concomitante intensificação das iniciativas de cooperação em nível bilateral.

A análise das relações entre Brasil e África do Sul na área de defesa implica a consideração de alguns conceitos prévios. É de especial relevância fazer um breve retrospecto do que se entende por defesa nacional e da importância geopolítica do Atlântico Sul.

Atualmente, se discute a importância da manutenção do desenvolvimento de políticas de defesa para os Estados no sistema internacional, sendo que os países mais desenvolvidos – como países da Europa e Estados Unidos – não se sentem sob o perigo de alguma ameaça iminente. Segundo o pensamento de Tagarev (2006), a ocorrência de duas Guerras Mundiais no século XX não gera ameaça para um futuro previsível. No entanto, as crises de várias regiões do globo, como os Balcãs, África e Oriente Médio, fazem com que as questões da guerra possam se espalhar, influenciar e desestabilizar o Sistema Internacional, sendo este tema preocupante aos Estados nacionais, principalmente aos mais desenvolvidos.

De acordo com o mesmo autor, se discutem algumas definições sobre política e política de defesa. Segundo o *Webster's Dictionary*, a política de defesa é um curso de ação ou conduta, o qual pretende influenciar e determinar variadas decisões, ações e outros assuntos relacionados com a conduta de assuntos militares, intimamente ligados com a segurança nacional estratégica. Outras definições vão ao encontro da definição do *Webster's*, assumindo que a política de defesa é um programa que visa a defesa de um país contra seus inimigos, sendo um sistema de projetos ou serviços destinados a atender a uma necessidade pública. Dessa forma, compreende-se que a

elaboração da política de defesa, em um âmbito amplo, flui a partir da necessidade em manter e promover os valores e interesses de uma nação (TAGAREV, 2006). Posto isto, assume-se que políticas de defesa eficazes procuram basear-se em abordagens disciplinadas e orientadas para a criação de estruturas de força e planos de desenvolvimento de forças que compartilhem de princípios comuns.

Compreendido o papel da política de defesa, pode-se passar para a discussão da importância do Atlântico Sul como zona geopolítica estratégica nas relações internacionais atuais. Segundo Aguilar (2013), o Atlântico Sul pôde condicionar o preparo e o emprego de forças navais para defender a América no período da Guerra Fria e, atualmente, o papel exercido por ele passa a ser mais estratégico, principalmente para alguns países da América e, nomeadamente o Brasil, o qual possui imensa costa no Atlântico Sul e rotas comerciais marítimas.

A relativa falta de importância e interesse prioritário dado ao Atlântico Sul durante a Guerra Fria permitiu que, em 1986, sob iniciativa brasileira, ocorresse a aprovação pela Organização das Nações Unidas (ONU) da resolução, a qual estabelecia a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que abarcou três países da América do Sul (Brasil, Argentina e Uruguai) e 21 países da costa oeste africana. A ZOPACAS¹ surge como um foro de colaboração e integração regional a fim de discutir entre seus membros problemas que lhes fossem comuns (AGUILAR, 2013).

A importância do Atlântico Sul está, entre outros aspectos, nas Linhas Tradicionais de Comunicação Marítimas (LCMs), como o Canal de Suez e o Canal do Panamá. Nesse sentido, o Atlântico Sul exerce uma rota alternativa e estratégica, encontrando-se na posição sul do hemisfério oceânico, o que lhe permite o contato e a conexão com o Oceano Índico e Pacífico. Entende-se que as descobertas de recursos vivos e não vivos no Atlântico Sul colaboraram para sua importância estratégica, reacendendo o debate da presença de potências extrarregionais na região, como Estados Unidos e Grã-Bretanha (RUCKS, 2014).

1. A (ZOPACAS) foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta, 24 países banhados pelo Atlântico Sul são integrados, sendo eles: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Ministério das Relações Exteriores, s/d) (BRASIL, 2003).

Segundo Rucks (2014), o pensamento geopolítico de Mahan acerca do poder marítimo dos Estados Unidos tem forte influência na produção acadêmica e atuação política norte-americana. Neste sentido, denota-se a atuação dos Estados Unidos em 2008 na costa brasileira – momento em que foram descobertas de reservas energéticas no Brasil –, a qual reativou a IV Frota Naval norte-americana visando o patrulhamento do Atlântico Sul. A presença norte-americana na região, bem como a de outras potências extrarregionais, tende a ser uma ameaça potencial, além de trazer insegurança aos Estados que utilizam o Atlântico Sul como uma região estratégica. Assim, confirma-se a necessidade que destes países de fortalecer as costas ocidental e oriental do Atlântico Sul, a fim de evitar as ameaças e interesses extrarregionais (RUCKS, 2014).

Vaz (2011) assume que o Atlântico Sul se torna um espaço em que interesses estratégicos e econômicos relacionados a fluxos comerciais e jazidas de insumos de energéticos são projetados, tornando a região como prioridade nas políticas de Defesa do Brasil, Argentina e África do Sul.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) [brasileira] apresentou que uma das preocupações mais agudas de defesa está no Atlântico Sul. A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades levaram a END a determinar uma articulação das forças armadas “capaz de levar em consideração as exigências de cada ambiente operacional, em especial o amazônico e o do Atlântico Sul” (AGUILAR, 2013, p. 57).

Deste modo, pode-se destacar a região do Atlântico Sul como de suma importância para países da América do Sul, e países da costa da África, pautando-se na necessidade estratégica de se manter fluxos comerciais e rotas marítimas. A importância do Atlântico Sul é ameaçada quando surge a presença de potências extrarregionais, acentuando a necessidade de se potencializar a política de Defesa da região tão importante para assuntos estratégicos e marítimos brasileiros. Pode-se também destacar a região do Atlântico Sul como importante fator de integração entre Brasil e países da costa africana, o que culmina com iniciativas de cooperações sul-sul e tende a colaborar para o desenvolvimento dos países envolvidos no cenário internacional.

Expostos os elementos introdutórios acerca da relevância da política de defesa e posição geoestratégica do Atlântico Sul, o presente artigo discute, em suas primeiras seções, a importância

da defesa para a política externa sul-africana e brasileira. No país africano, se dará ênfase no período pós-*Apartheid*, momento que viabilizou mudanças significativas no avanço das relações de integração e cooperação, cristalizando-se na instauração do Departamento Sul-africano de Defesa. Na política externa de defesa do Brasil, é dado foco à Política de Defesa Nacional (PND), analisando seus pontos estratégicos e relevantes, bem como a importância do Atlântico Sul. Posteriormente, são tratadas relações bilaterais entre Brasil e África do Sul, traçando um panorama histórico do desenvolvimento dessas relações bem como suas intensificações na área de defesa no contexto pós-Guerra Fria, sintetizadas pelo Acordo de Defesa entre os países, firmado em 2003, e a realização do projeto A-Darter, buscando comprovar o crescente interesse de cooperação na área de defesa entre ambos países no que concerne as relações estabelecidas na região do Atlântico Sul. Por fim, se busca salientar os importantes avanços realizados entre ambos países a partir dos anos 2000, bem como o reconhecimento oficial destes acerca da importância estratégica do Atlântico Sul, além da possibilidade de ampliação dessa cooperação para outros níveis.

As políticas de defesa sul-africana e brasileira

Para melhor compreender a formulação e as linhas de ação da política de defesa de cada país, é necessário discutir a relação entre esta e a política externa. Entende-se política externa como o apanhado de diretrizes e objetivos políticos que um Estado possui em suas interações com seus pares no sistema internacional. Nesse sentido, como afirma Almeida (2009), tal definição inclui a busca pelos chamados interesses nacionais, dentre os quais se destaca a manutenção da integridade territorial do país. Sendo assim, pode-se afirmar que a política de defesa consiste em uma parte essencial da política externa de um país, tendo em vista a implicação direta das diretrizes de defesa nacionais na postura adotada pelo Estado externamente ou em eventuais situações de conflito. Além disso, deve ser uma das prioridades da política exterior de um Estado garantir insumos estratégicos para suprir as demandas da indústria de defesa nacional (ALMEIDA, 2009).

A seguir, serão abordadas as políticas de defesa sul-africana e brasileira, com ênfase em seu processo de estruturação e suas principais características.

Política Sul-Africana de defesa

A África do Sul está localizada no extremo sul do continente africano e possui fronteiras com Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Suazilândia e Zimbábue, com uma área total de aproximadamente 1.220.000 km². O país também possui uma costa marítima extensa, que se prolonga por mais de 2.500 km, além de ser banhado tanto pelo Oceano Atlântico em sua costa oeste, quanto pelo Oceano Índico em sua costa leste. Tal fato contribui para que a região constitua uma importante rota de comércio, em especial na área do Cabo da Boa Esperança (PEREIRA, 2013).

Após um longo período de um regime de segregação racial, o *Apartheid*, a partir de 1994 a África do Sul passou por transformações expressivas, passando de um país isolado para um Estado com um importante papel nas relações internacionais e regionais. De maneira semelhante, do ponto de vista interno, foram implementadas diversas políticas de reconciliação e construção nacional no intuito de garantir maior transparência e *accountability* ao novo governo (LE ROUX, 2005). Durante o governo De Klerk (1989-1994), podem ser destacadas duas ações de política externa que iriam gerar consequências diretas ao período seguinte. A primeira ação foi o fim do programa nuclear sul-africano e a posterior destruição de suas armas nucleares. Assim, o país se tornou o primeiro no mundo a realizar tal desativação de forma voluntária. A África do Sul já havia se tornado signatária, em 1991, do Tratado de Não-Proliferação (TNP) (MENDONÇA, 2000).

Nesse contexto, o Departamento Sul-africano de Defesa (DoD) e a Força de Defesa Nacional Sul-africana (SANDF) também foram alvo de mudanças em relação ao que se tinha durante o período do *Apartheid* (WILLIAMS, 2003). Em linhas gerais, conforme estabelece Le Roux (2005), tais alterações foram baseadas na integração das antigas forças de combate sob a forma de uma força nacional, estabelecendo o DoD como representante do povo sul-africano e alinhando a política de defesa com a nova Constituição e com os padrões estabelecidos pelo Direito Internacional.

As atribuições do novo Departamento Sul-africano de Defesa, que entrou em atividade em abril de 1994, foram previstas na Constituição Interina da República da África do Sul em 1993. Além de estabelecer a SANDF como a única força de defesa do país, o texto também delineava a estrutura na qual possíveis desenvolvimentos futuros deveriam se basear, dentre as quais se destacam:

[...] aderência aos princípios do direito internacional regulando o uso da força; determinação que a SANDF deve ter uma orientação e uma postura primariamente defensiva; determinação das funções para as quais a SANDF pode ser empregada; e garantia do controle (parlamentar) democrático sobre as forças armadas por meio do estabelecimento de um Comitê Conjunto de Defesa, e a provisão de que um ministro, responsável pela defesa, seja encarregado do Parlamento para a Força de Defesa Nacional (LE ROUX, 2005, p. 241-242, tradução nossa)².

Em 1996, a Constituição da República da África do Sul determinou que o objetivo central da política de defesa deveria ser defender a proteger a República, sua integridade territorial e seu povo. Assim, está previsto por lei que a SANDF pode ser empregada:

em defesa da República, para a proteção de sua soberania e de sua integridade territorial; de acordo com as obrigações internacionais da República em relação a corpos internacionais e outros Estados; na preservação da vida, da saúde e da propriedade; na provisão ou manutenção de serviços essenciais; no respeito à lei e à ordem na República em cooperação com o Serviço Sul-africano de Polícia em circunstâncias estabelecidas em lei onde o serviço de política não seja capaz de manter a lei e a ordem sozinho; e no apoio a qualquer departamento do Estado para o propósito de melhoria socioeconômica (CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA ÁFRICA, 1996, ATO 108, tradução nossa).³

No intuito de fornecer uma base mais sólida para a condução da política de defesa nacional, foi elaborado o Livro Branco da Defesa Nacional da República da África do Sul, o qual foi publicado em 1996. De acordo com o então Ministro da Defesa, Joe Modise, o principal objetivo do documento era informar os cidadãos e os demais Esta-

2. Do original: “adherence to the principles of international law regulating the use of force; determination that the SANDF shall have a primarily defensive orientation and posture; determination of the functions for which the SANDF may be employed; and ensuring democratic (parliamentary) control over the military by the establishment of a Joint Standing Committee on Defence, and the provision that a minister, responsible for defence, shall be accountable to Parliament for the National Defence Force” (LE ROUX, 2005, p. 241-242).

3. Do original: “In defence of the Republic, for the protection of its sovereignty and its territorial integrity; according to the Republic’s international obligations regarding international bodies and other states; in preservation of life, health and property; in the provision or maintenance of essential services; in the respect of the law and order in the Republic in cooperation with the South African Police Service in circumstances established by law where the police service cannot maintain the law and the order by itself; and in support of any state department for the purpose of socioeconomic improvement” (CONSTITUTION OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA ÁFRICA, 1996, ATO 108).

dos, em especial no continente africano, sobre a nova política de defesa em vigor na África do Sul. Ademais, esta política deveria estar em harmonia com todos os âmbitos da política governamental, em especial com a política externa e com a política de segurança nacional. Sendo assim, consistiria em um substrato da política governamental dedicado à gestão de ameaças militares, orientação, preparação e manutenção das forças armadas e a obtenção de armamentos e equipamento militar (WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996).

Nesse sentido, segundo Le Roux (2005), a estratégia sul-africana de defesa possui uma forma de hierarquia, a qual observa a seguinte ordem: cooperação política, econômica e militar com outros Estados; prevenção, gestão e resolução de conflitos através de meios não-violentos; e o uso ou ameaça da força como uma medida de último recurso. Sendo assim, as ações do governo estariam centradas na prevenção do conflito e da guerra. “A África do Sul só irá, portanto, recorrer a meios militares quando a dissuasão e estratégias não-violentas tiverem falhado. A dissuasão requer capacidades de defesa que são suficientemente críveis para inibir potenciais agressores” (WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996, s.p., tradução nossa)⁴.

No que diz respeito ao contexto global, o Livro Branco destaca que, após o fim do *Apartheid*, o país foi aceito em diversas organizações internacionais, dentre as quais se destacam a Organização das Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana (OUA) – em seguida substituída pela União Africana (UA) – e a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC). Por conta disso, espera-se uma participação ativa da África do Sul em tais fóruns, em especial no que concerne a iniciativas de paz e segurança no continente africano e, em particular, na África Austral. Tal aspecto pode ser confirmado com o envolvimento expressivo de forças sul-africanas em operações de paz em diferentes ocasiões na África. Além disso, é expressamente afirmado que a África do Sul não possui – e não possuirá no futuro – intenções de agressão em relação a outro Estado.

No âmbito regional, por sua vez, há a visão de que os problemas internos dos países vizinhos não estão restritos às fronteiras

4. Do original: “South Africa will only turn to military means when deterrence and non-violent strategies have failed. Deterrence requires the existence of a defence capability which is sufficiently credible to inhibit potential aggressors” (WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996, s.p.).

nacionais. Desse modo, são gerados impactos negativos sobre os demais Estados da região, ainda que sob a forma de ameaças não militares, como problemas ambientais, fluxos de refugiados e tráfico de drogas e armas. Para a resolução de tais problemas, é aconselhada a cooperação interestatal em tais esferas. De forma semelhante ao que já era realizado em outras partes do mundo, a África do Sul, em seu Livro Branco, encoraja o desenvolvimento de uma segurança comum de caráter multilateral, a qual poderia ser fortalecida por meio da SADC (WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1996).

Nesse sentido, é válido ressaltar a existência de uma instância da SADC destinada ao tratamento dos assuntos relacionados à política e à segurança. A criação deste órgão foi recomendada em 1996 durante um encontro dos Ministros de Relações Exteriores, Defesa e Segurança da SADC. Dessa forma, durante a reunião da Cúpula da SADC, no mesmo ano, os Chefes de Estado e Governo instituíram o Órgão para Cooperação em Política Defesa e Segurança (OPDS).

O OPDS é criado, assim, com uma estrutura independente da SADC, sem a obrigação de se remeter à Cúpula ou a qualquer outro órgão da Comunidade. Essa dupla estrutura, com duas Cúpulas, compromete significativamente o funcionamento do OPDS, criando uma situação na qual as decisões são tomadas em duas instâncias, porém sem hierarquia entre elas (SCHÜTZ, 2014, p. 104).

O então presidente da África do Sul, Nelson Mandela, era contrário à atuação autônoma do OPDS, com o argumento de que o Tratado de Criação da SADC não estabelecia a possibilidade da criação de órgãos que atuassem de forma independente à organização.

No que diz respeito aos gastos militares, os valores permaneceram constantes ao longo das últimas duas décadas, sendo de US\$ 3.799 milhões em 1995 e US\$ 3.881 milhões em 2015 (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE SIPRI, 2015). No entanto, em 1995, os gastos militares representavam 2,2% do Produto Interno Bruto da África do Sul, enquanto, em 2015, representavam 1,1%. Quando é considerado o total de gastos do governo, esta parcela corresponde a 3,3%. Em relação ao contingente militar, atualmente, o governo sul-africano possui uma reserva de 26.000.000 de pessoas, dentre os quais 14.100.000 estão aptas para o serviço militar. A linha de frente ativa conta com 89.000 membros, enquanto a reserva possui 17.100 (SOUTH..., 2016).

Política brasileira de defesa

Em 2007, sob a presidência e Luís Inácio Lula da Silva, a política de Defesa Nacional passou por algumas mudanças. A posse de Nelson Jobim como Ministro da Defesa delineou novas atitudes acerca de políticas estratégicas nacionais, possuindo importante autonomia para sua atuação e formulação de políticas.

Urgia-se por uma direção estratégica para a Defesa consonante com o desenvolvimento do País e direcionada para toda sociedade. No documento em que Jobim e Mangabeira Unger - respectivamente, ministros da Defesa e Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos - encaminham ao presidente Lula, o projeto da Estratégia Nacional de Defesa (END32, p. 6), ficou clara a intenção de colocar as questões de defesa na agenda nacional e reavivar a aproximação entre civis e militares (VASCONCELLOS, 2016, p.12).

Sendo assim, a criação do projeto da Estratégia Nacional de Defesa (END) demarca uma nova etapa de desenvolvimento nacional, formulando um projeto de longo prazo acerca da Defesa Nacional brasileira. “Segundo a END, há de se aumentar o envolvimento, ainda pouco significativo, da sociedade brasileira com os assuntos de defesa. A mesma sociedade que eleva os índices das FA” (VASCONCELLOS, 2016).

A END tem como princípio basilar reconhecer a necessidade de exercer a estratégia nacional de defesa, a fim de reorientar e reorganizar as Forças Armadas, as indústrias de material de defesa e a política de composição de seus efetivos (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2008). Assim, esta reconhece que não há como separar a estratégia nacional de defesa da estratégia nacional de desenvolvimento, despertando-se nestas as razões de nacionalidade e construção da Nação brasileira. É importante ressaltar que o documento não se restringe apenas a aspectos estratégicos, incluindo planos de ação para situações de paz ou de guerra (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2008).

Destacam-se aqui algumas das diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa, são elas:

dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional; organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controlado, mobilidade e presença; desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras; aprofundar o vínculo

entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos; aprofundar o vínculo entre os aspectos tecnológicos e os operacionais da mobilidade, sob a disciplina de objetivos bem definidos; unificar as operações das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos; estimular a integração da América do Sul; preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz; capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa; manter o Serviço Militar Obrigatório (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2008, p. 11).

Dentro das mudanças realizadas no setor de defesa no período, está a valorização da Política Nacional de Defesa (PND), estabelecida pelo Ministério da Defesa e tendo como pressuposto que defesa e desenvolvimento são fatores indissociáveis. Além disso, está alinhada “às aspirações nacionais e às orientações governamentais, em particular à política externa brasileira” (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2013). Ainda segundo o MD Brasil, (2012), a política de defesa concede à política externa “salvaguardas, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional” (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2012, p. 28).

Nos últimos anos, a ligação entre as políticas de defesa e externa têm se estreitado, objetivando o aumento da cooperação internacional em defesa e a proteção dos recursos marítimos brasileiros (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014a). Com a descoberta do pré-sal, o Atlântico Sul ganha nova dimensão estratégica para o Brasil e os objetivos da ação externa e da política de defesa do país têm de se adaptar à nova realidade. Nesse sentido, o Brasil busca, junto à ONU, a ampliação das suas águas jurisdicionais para 350 milhas náuticas, que passarão a incluir parte da camada do pré-sal, onde “estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro e de outros recursos naturais” (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2013b). Se aprovada, o Brasil passará a contar com 4,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), equivalente a 52% da extensão territorial do país, formando a chamada Amazônia Azul (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2012).

Utilizado pela primeira vez em 2004, o conceito de Amazônia Azul tem como objetivo auxiliar na conscientização da sociedade da importância da proteção dos recursos naturais brasileiros e dos

assuntos de defesa (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014a). Vale-se da simbologia dada à Amazônia e à sua proteção no final do século XX e do entendimento das autoridades brasileiras de que, com a globalização e a crescente disputa por fontes de energia, o Atlântico Sul é fonte de cobiça dos países mais desenvolvidos. Em função disso, o Brasil busca promover maior articulação com os países africanos e sul-americanos, seja através de organizações e fóruns internacionais ou da ampliação das relações diplomáticas e comerciais com os mesmos. No âmbito doméstico, foi criado o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que consiste em um sistema de vigilância com o objetivo de promover a proteção do litoral brasileiro e ampliar os conhecimentos sobre o ambiente marítimo, além de garantir resposta rápida à possíveis ameaças e promover “a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvam vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras” (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2012, p. 72).

É importante salientar a influência do Atlântico para a economia, sendo ele responsável pelo transporte de aproximadamente 95% do comércio exterior e por 90% do petróleo brasileiro (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014a). Ademais, estima-se que, com a exploração dos recursos do pré-sal, o Brasil possa estar entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, contribuindo em grande escala para o crescimento econômico do país, além de favorecer o desenvolvimento de novas tecnologias e o crescimento da oferta de empregos (BRITES; JAEGER, 2013 apud GUIMARÃES, 2015).

O Livro Branco de Defesa, um dos principais documentos oficiais do setor, estabelece os pontos a serem perseguidos pela política de defesa brasileira e coloca o Atlântico Sul como área central na estratégia do país. Além disso, o documento defende a necessidade de maior articulação e cooperação entre o Ministério da Defesa (MD), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Itamaraty, alegando que

a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais (Conselho de Defesa Sul-Americano e diálogos político-militares) incrementa a capacidade de as políticas externa e de defesa do País se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilita, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros. Essa atuação conjugada deve visar à diversificação de parcerias, de maneira a fortalecer as relações entre países

em desenvolvimento, sem prejuízos das relações tradicionais com parceiros do mundo desenvolvido (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2012, p. 50).

A articulação entre o MRE e o MD, além dos fatores citados acima, é fundamental para o processo de modernização das Forças Armadas brasileiras, em especial a Marinha. Investimentos e programas visando à construção de embarcações e o desenvolvimento de novas tecnologias já são realizados no âmbito interno (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2012; GUIMARÃES, 2015). Todavia, faz-se necessária a cooperação internacional para complementação desse processo.

A política de defesa de ambos os países busca promover a harmonização entre os interesses externos e internos, utilizando-se da política externa e dos organismos internacionais e regionais para tal. Com objetivos semelhantes no que tange à prevenção de conflitos e a ampliação da cooperação Estatal para fins de defesa, o Atlântico Sul surge como área propícia à atuação conjunta dos mesmos. Referente a isto, é importante ressaltar o caráter histórico e estratégico da cooperação entre África do Sul e Brasil, sendo este um dos principais parceiros brasileiros no continente, além de ambos possuírem amplo território litorâneo com o oceano e terem expressivos interesses econômicos e securitários na região.

As relações bilaterais entre Brasil e África do Sul

As relações bilaterais entre Brasil e África do Sul remontam ao início do século XX e, ao longo desse período até os dias atuais, apresentaram momentos de maior ou menor intensidade. O objetivo deste tópico é analisar essas relações bilaterais entre Brasil e África do Sul, com ênfase para as dinâmicas no âmbito de defesa. Desse modo, próxima seção será feito um breve histórico sobre o relacionamento bilateral entre os dois países. A segunda seção abordará as relações dos dois países na área de defesa no pós-Guerra Fria, apontando os avanços práticos gerados pela intensificação da cooperação e dos investimentos promovidos nesse setor.

Panorama Histórico

Em linhas gerais, as relações bilaterais entre Brasil e África do Sul podem ser divididas em três grandes períodos:

- de meados da década de 1920 até 1948, no qual se registrou uma aproximação tímida entre os dois Estados;
- de 1948 a 1994, marcado por diversos momentos de retrocesso e estagnação nas relações políticas e diplomáticas; e
- de 1994 até os dias atuais, pontuado por um processo de re- vigoramento e expansão das relações bilaterais. No primeiro período, as relações Brasil-África do Sul pautaram-se principalmente por questões diplomáticas, sendo importante ressaltar o envio, na década de 1920, de um corpo consular brasileiro melhor estruturado para o país africano e o engajamento do então Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, no processo de estabelecimento de relações diplomáticas diretas no final da década de 1930. Neste contexto, iniciou-se o processo de “desenvolvimento do comércio e o incremento das exportações brasileiras [para a África do Sul]” (PENNA FILHO, 2008, p. 130).

Apesar de, inicialmente, os interesses comerciais mútuos (aflorados devido às iniciativas de Osvaldo Aranha no período anterior) terem mantido relativa estabilidade nas relações entre Brasil e África do Sul, o segundo período foi assinalado por picos de retrocesso e estagnação como consequência da adoção e do enrijecimento do regime do *Apartheid* por parte do país africano, que vigorou entre os anos 1948 e 1994 sob a base de políticas de segregação racial (SPENCE, 1996). Desde o início do regime supracitado, o Brasil se opôs veementemente às políticas racistas adotadas pela África do Sul, avançando

de uma posição crítica, porém não radical, e que buscava “iluminar” o governo da União Sul-Africana, através do exemplo de convivência social brasileira, [...] para a compreensão de que o *apartheid* significava uma ameaça à paz e à segurança internacional, além de entendê-lo como grave violação dos direitos humanos (PENNA FILHO, 2008, p. 201).

O ápice da deterioração das relações Brasil-África do Sul ocorreu em 1985 em decorrência da ratificação do Decreto do Presidente José Sarney, o qual institucionalizou a vigente proibição de “intercâmbio cultural e desportivo com a África do Sul, além da venda e trânsito de armamentos em território nacional ou petróleo para aquele país” (PENNA FILHO, 2008, p. 299).

Diferentemente do padrão de relações bilaterais adotado pelo governo brasileiro no imediato pós-Guerra Fria, as relações Brasil-

-África do Sul mantiveram-se caracterizadas por um quase congelamento até a segunda metade da década de 1990. A queda do regime do *Apartheid* gerou mudança expressiva nas políticas domésticas e, conseqüentemente, internacionais do Estado sul-africano (PEREIRA, 2010). Por fim, o terceiro e último período, iniciado a partir de tal evento, trouxe novas perspectivas para as relações bilaterais entre as duas repúblicas. Segundo Spence,

o Brasil respondeu de forma calorosa ao advento da “nova” África do Sul. O presidente Fernando Henrique elogiou o novo momento da África do Sul no seu discurso de posse e indicou o avanço nas relações com a África do Sul como uma das prioridades da sua política externa. [...] As relações bilaterais sofreram melhoras drásticas durante os [anos seguintes] (SPENCE, 1996, p. 152-153).

No século XXI, por sua vez, o processo de reaproximação entre o Brasil o continente africano ocupou um espaço privilegiado na agenda da política externa do governo Lula (2003-2010), levando à intensificação das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul em diversos âmbitos. Nesse contexto, ambos os países passaram a verem-se como parceiros estratégicos no cenário internacional, buscando cooperar de forma mais expressiva ao reconhecerem-se como países em desenvolvimento que possuem demandas e objetivos similares (PEREIRA, 2010).

As Relações Bilaterais na Área de Defesa entre Brasil e África do Sul no Pós-Guerra Fria

Seguindo os padrões de cooperação no âmbito de defesa do Brasil com o continente africano no pós-Guerra Fria, as relações bilaterais entre o Brasil e África do Sul centraram-se no contexto e nas dinâmicas de defesa do Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014b). Nesse cenário, tornou-se possível uma aproximação diplomática e militar mais efetiva entre os dois países, resultando no Acordo de Cooperação Técnica e na criação de uma Comissão Mista Brasil-África do Sul, os quais tinham como objetivo facilitar e fortalecer a cooperação bilateral nos principais temas de interesse mútuo (MRE BRASIL, 2000). O estabelecimento desses acordos abriu espaço para duas grandes iniciativas no âmbito bilateral, nomeadamente, o Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa e o desenvolvimento do projeto A-Darter.

No que tange ao Acordo de Defesa entre Brasil e África do Sul, este foi ratificado em 2003 na cidade de Cape Town pelo então Mi-

nistro da Defesa e embaixador brasileiro, José Viegas Filho, e pelo também Ministro da Defesa da África do Sul, Mosiuoa Lekota, em ocasião da participação brasileira no Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) (SILVA, 2011). Baseado no princípio de reciprocidade, o Acordo propõe a implementação da cooperação por meio de:

- a) visitas mútuas por delegações de representantes de alto nível do setor de defesa;
- b) reuniões de pessoal e técnicas;
- c) reuniões entre as instituições equivalentes de defesa;
- d) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e) participação em cursos, treinamentos, seminários, discussões e simpósios;
- f) estágio em unidades das Forças Armadas;
- g) visitas de navios de guerra e aeronaves militares; e
- h) eventos culturais e desportivos (MRE BRASIL, 2003).

Nesse sentido, ambos os países promoveram esforços, mesmo que em pequena medida, para atingir os objetivos estabelecidos no Acordo de Defesa. De acordo com Seabra (2014), entre os anos de 2005 e 2006 foram promovidos, pelas instituições da Força Aérea brasileira, três treinamentos militares para oficiais sul-africanos.

Em 2010, Brasil e África do Sul assinaram uma parceria estratégica que procura estimular a cooperação e o intercâmbio em segurança e defesa, e também destaca a possibilidade de projetos conjuntos na indústria de aviação – não mencionando diretamente iniciativas relacionadas à Marinha (Brasil, 2010b). Neste documento, a seção sobre ciência e tecnologia reconhece o interesse bilateral em se desenvolver um programa sobre o fundo e os recursos marinhos do Atlântico Sul. O documento também reconhece a natureza estratégica do Atlântico Sul e reforça a ideia de cooperação conjunta entre América do Sul e África pelo fortalecimento da ZOPACAS (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014b, p. 227).

Para o então Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, Brasil e África do Sul, sendo grandes democracias multiétnicas de influência central, têm muitas características semelhantes que os tornam “parceiros ideias” na área de defesa. Essa visão de desenvolvimento semelhante propiciou a criação, em 2013, do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-África do Sul, composto por militares das Forças Armadas dos dois países e servidores civis, que tem como objetivo trocar experiências sobre as respectivas indústrias

de defesa e debater possibilidades de cooperação (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2013a). Em 2014, os dois governos anunciaram, durante reunião realizada na sede do Ministério da Defesa da África do Sul, o comprometimento em ampliar a oferta mútua de cursos de formação de praças e oficiais em escolas militares dos dois países. Ademais, foi estabelecida a realização de uma reunião anual entre os ministros para assegurar o andamento das ações bilaterais (MINISTÉRIO DA DEFESA BRASIL, 2014).

Por sua vez, o programa A-Darter, desenvolvido bilateralmente entre os governos brasileiro e sul-africano desde 2006, consiste na elaboração de um míssil ar-ar de quinta geração. Em relação aos seus antecessores, os mísseis de quinta geração diferenciam-se devido a dois elementos essenciais: a sua capacidade de *stealth*, o que significa que estes são programados para diminuir a sua assinatura radar do tipo RCS (Seção Reta Radar), reduzindo, consequentemente, o seu grau de detectabilidade perante outros radares; e a sua maior capacidade computacional, a qual os possibilita obter, entre outros aspectos, um maior índice de precisão. No que tange especificamente ao A-Darter, este pode ser caracterizado como um míssil de curto alcance, altamente manobrável e projetado para atingir alvos aéreos que estejam a até 12 km de distância, possuindo aproximadamente 3 metros de comprimento e um peso médio de 90 quilos (ASSIS et al. 2015; BRASIL, 2014; DANIEL FILHO, 2007 MINISTÉRIO DA DEFESA,).

Apesar de o projeto para desenvolvimento de um míssil nos moldes do A-Darter remontar a estudos antigos desenvolvidos pela África do Sul ainda no período do *Apartheid* (particularmente entre 1961 e 1989), a realização deste foi inviabilizada durante anos devido ao cenário pós-Guerra Fria, no qual a “diminuição das tensões ideológicas na região e os cortes dos orçamentos militares em escala global completaram os componentes centrais do cenário de crise do setor de defesa sul-africano” (SILVA, 2011, p. 70). Após terem sido estabelecidas as bases jurídicas por meio dos acordos de Cooperação Técnica e de Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, em 2006, a Força Aérea Brasileira (FAB) e a agência do governo sul-africano ARMSCOR (Corporação de Armamentos da África do Sul) (ARMSCOR) firmaram uma parceria para viabilizar, financeira e tecnologicamente, a real criação do míssil.

Consolidando a tendência apresentada por Spence (1996), desde o início do século XXI, a FAB passou a atuar de forma mais

expressiva ao lado de empresas brasileiras a fim de, entre outros motivos, ampliar as possibilidades de cooperação com potências estrangeiras, contando especificamente com as “empresas brasileiras do setor de defesa Mectron, Avibras e Opto Eletrônica” para trabalhar no projeto A-Darter (SILVA, 2011, p. 24). No caso do Estado sul-africano, a agência ARMSCOR buscou respaldar suas ações através da articulação com a companhia estatal Denel, a qual é responsável por sediar o encontro de militares e cientistas brasileiros e sul-africanos envolvidos no processo de desenvolvimento do míssil (MINISTÉRIO DA DEFESA, BRASIL, 2014).

Segundo Silva, é possível analisar a importância do projeto A-Darter em dois níveis:

o primeiro representa o potencial de determinadas tecnologias empregadas no míssil que podem vir a ser aplicadas em projetos como pesquisas submarinas associadas à exploração petrolífera e veículos não-tripulados (VANT's). O segundo abrange a possibilidade de extensão dos contatos e experiências do A-Darter para outros projetos. Vislumbra-se, por exemplo, as possibilidades de desenvolvimento conjunto com a empresa sul-africana Denel, nos moldes do A-Darter, de um VANT com a FAB e um míssil terra-ar com a Marinha do Brasil, além das negociações em curso para o possível envolvimento da empresa no programa KC-390 da Embraer (SILVA, 2011, p. 73).

Contudo, cabe ressaltar que os benefícios do programa A-Darter vão além dos anteriormente citados. Com o desenvolvimento de novas tecnologias e o processo de transferência de tecnologias já existentes, ampliam-se as possibilidades tanto da África do Sul quanto do Brasil de melhorarem suas balanças comerciais, uma vez que, como consequência deste cenário, podem ser ampliadas as exportações de produtos com maior valor agregado. Sendo assim, tal iniciativa pode cooperar no processo de reversão da dependência da balança comercial brasileira de produtos primários.

Ainda nesse sentido, a movimentação bilateral entre Brasil e África do Sul para produção do míssil A-Darter pode ser apontada como um avanço significativo nas iniciativas de cooperação sul-sul. Nesse cenário, tais países passam a superar, em certa medida, a dependência de tecnologias obsoletas da área de defesa comercializadas pelos países centrais, encontrando-se como parceiros ideais em tal modalidade de cooperação. Além disso, após a incorporação do A-Darter por parte das forças armadas de ambos os países – prevista para 2018 – serão atingidos avanços significa-

tivos no que tange ao aperfeiçoamento da defesa aérea na região do Atlântico Sul.

Desta forma, o programa A-Darter tem sido visto por alguns especialistas e diplomatas como “uma espécie de âncora das relações de Ciência e Tecnologia entre Brasil e África do Sul”, uma vez que este representa “o fruto mais concreto nesse segmento no relacionamento entre os dois países” (SILVA, 2011, p. 73). Além disso, o sucesso do teste realizado pela Força Aérea da África do Sul em fevereiro de 2015 (no qual, em um cenário de aparente adversidade, um míssil A-Darter logrou atingir uma aeronave não tripulada) simbolizou uma cooperação bem-sucedida entre os países africano e sul-americano, ampliando as expectativas quanto à ratificação de acordos bilaterais futuros na área de defesa (PORTAL BRASIL, 2015).

Tendo em vista o atual cenário em que se apresentam as relações bilaterais entre Brasil e África do Sul, percebe-se que o início do século XXI propiciou avanços significativos no âmbito de defesa. Os esforços propostos pelos dois países, ainda que em pequena medida, preenchem uma demanda crescente de segurança e defesa de uma região tão estratégica como o Atlântico Sul, sendo o desenvolvimento do míssil A-Darter uma referência positiva dessa cooperação. Desse modo, a atuação conjunta na área de defesa abre espaço para a concretização de novos projetos em nível bilateral e torna ambos os países propulsores de desenvolvimento.

Considerações finais

Durante a maior parte do século XX, em especial durante as décadas de 1970 e 1980, as relações entre África do Sul e Brasil possuíram um caráter consideravelmente distinto do que pode ser observado atualmente. Isto se deve, principalmente, ao fato de que a política externa sul-africana durante o *Apartheid* estava fortemente centrada na desestabilização dos países vizinhos e, portanto, era vista como problemática por parte do governo brasileiro. Nesse sentido, a cooperação entre os dois países era dificultada pelos distintos interesses no âmbito internacional.

As mudanças das políticas domésticas da África do Sul no final da década de 90 e os esclarecimentos produzidos pela política externa brasileira a partir das diretrizes da cooperação sul-sul, propiciaram um momento ímpar para o amadurecimento do diálogo entre os dois países e a promoção de avanços importantes no âmbito

bito de defesa a partir dos anos 2000. Os efeitos dos acordos bilaterais, como o Acordo de Cooperação Técnica, da Comissão Mista Brasil-África do Sul e, posteriormente, do Acordo em Assuntos Relativos à Defesa abriram espaço para que houvesse um aprofundamento do diálogo bilateral, principalmente no que tange à defesa. Esses aspectos concretizaram-se no sucesso do desenvolvimento conjunto do míssil A-Darter, essencial para a superação de barreiras tecnológicas impostas pelos países centrais, bem como para a maior segurança aérea da região do Atlântico Sul.

No que diz respeito à inserção regional do Brasil e da África do Sul, é válido ressaltar que ambos ocupam posições de potências regionais. No contexto sul-americano, o Brasil representa a maior economia do continente e possui acordos de cooperação com a maioria dos países da região, o que pode ser observado em sua forte presença em organizações regionais. Dentre estas, se destacam o MERCOSUL – no qual o Brasil desempenhou papel central no processo de formação –, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Desta forma, pode-se afirmar que o Brasil é o principal parceiro de alguns Estados sul-americanos, tais como Argentina e Uruguai. De modo semelhante, a África do Sul também possui a economia mais desenvolvida da África Austral – e a segunda maior do continente. Após o ingresso do país à SADC em 1994 e a eleição de Nelson Mandela à presidência da organização em 1996, houve um fortalecimento ainda maior das relações regionais sul-africanas, as quais passaram a ser baseadas nos princípios de política externa de cooperação e desenvolvimento regional. Logo, pode-se observar que tanto Brasil quanto África do Sul possuem um peso expressivo em suas respectivas regiões geográficas, o que acrescenta uma maior importância aos esforços de cooperação entre ambos.

Cabe salientar que, no início do século XXI, a cooperação na área de defesa com a África do Sul teve influência da iniciativa multilateral do Fórum IBAS, o qual “lançado em 2003, [...] inclui um grupo de trabalho em defesa que procura estabelecer programas de intercâmbio de pessoal e lançar cooperação trilateral em armamentos” (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 227b). Todavia, apesar dessas ações aumentarem as perspectivas e experiências no âmbito de defesa entre os países participantes, elas não sombrearam as dinâmicas e iniciativas bilaterais dos dois países, colaborando para a aproximação nesses termos.

O Atlântico Sul apresenta-se como uma das principais rotas marítimas mundiais e têm grande relevância na balança comercial dos países que o cercam, sendo ele responsável por aproximadamente 90% do comércio exterior brasileiro e sul-africano (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014b; VAZ, 2011). O reconhecimento da importância estratégica do Atlântico fica evidente nos pronunciamentos e nas ações políticas dos países vizinhos.

As iniciativas de cooperação em defesa entre Brasil e África do Sul anteriormente citadas têm papel fundamental na modernização das Forças Armadas brasileiras, além de promover o desenvolvimento de tecnologias próprias – um dos objetivos da Política Nacional de Defesa brasileira – e a não intervenção externa nos assuntos referentes ao Atlântico Sul. Todavia, é preciso desenvolver ainda mais a articulação entre os países do Sul nesse setor a fim de proporcionar maior autonomia regional nos assuntos securitários. Nesse sentido, o papel de liderança regional exercido por ambos os países em seus continentes, somado às iniciativas já concretizadas, pode ser o catalisador desse processo.

A crescente atenção internacional direcionada ao Atlântico Sul, principalmente após o anúncio da descoberta do pré-sal, aumenta os interesses externos na região, tornando fundamental o foco na cooperação sul-sul para sua proteção. Devido à importância estratégica e econômica do local, faz-se necessária a ampliação de fóruns e acordos, sejam eles multilaterais ou bilaterais, para promover estudos sobre a região e o desenvolvimento de novas tecnologias, como o A-Darter, por exemplo. Ademais, a aproximação entre os países da região é fundamental para a articulação em âmbito internacional e obtenção de maior poder de ação e defesa de seus interesses nacionais.

Referências

ABDENUR, Adriana E.; SOUZA NETO, Danilo M. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

ABDENUR, Adriana E.; SOUZA NETO, Danilo M. O Atlântico Sul e a Cooperação em defesa entre o Brasil e a África. In: MORAES, Rodrigo E.; NASSER, Reginaldo M. (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014b, p. 215-238. Disponível em: <<http://www>

ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

ÁFRICA. Constitution of the Republic of South Africa. We, the people of South Africa, Recognise the injustices of our past [...]. Republic of South Africa, 18 December 1996. Disponível em: <<http://www.gov.za/sites/www.gov.za/files/images/a108-96.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

AGUILAR, Sérgio L. Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.2, n.4, p.49-71, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/41288/26967>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

ALMEIDA, Paulo R. Bases conceituais de uma política externa nacional. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam G. (Org.). **Brasil - União Europeia - América do Sul: Anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ASSIS, Ana C. O. et al. A Cooperação Sul-Sul como estratégia para revitalização da indústria de defesa brasileira: o caso do míssil A-Darter. [Pirassununga]: In: XII CONGRESSO

ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 12., 2015, Pirassununga. **Anais...** Pirassununga, 2015. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_cooperacao_sul_sul_missil_a-darter.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia nacional de defesa. Brasília: MD, 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). **Livro branco da Defesa Nacional**. Brasília: Biblioteca Digital do Desenvolvimento SPI, 2012. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/468>>. Acesso em: 27 de abr.il de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil e África do Sul iniciam diálogo conjunto de defesa**. Brasília: MD, 2013a. <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4239-05-03-2013-defesa-brasil-e-africa-do-sul-iniciam-dialogo-conjunto-de-defesa>>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília: Biblioteca Digital do Desenvolvimento SPI. 2013b. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/461>>. Acesso em: 27 de abr.il de 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de Defesa**. Brasília: MD, 2014. <www.defesa.gov.br/index.php/noticias/8406-parceria-brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo para Estabelecimento de uma Comissão Mista**. Brasília: MRE, 2000. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_93>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo sobre cooperação em assuntos relativos à defesa**. Brasília: MRE, 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_25>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

DANIEL FILHO, José A. A retomada do projeto F-X no Brasil. **UFJF: Defesa**. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/RFX2.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

GUIMARÃES, Bruno. G. A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wpcontent/uploads/2015/09/GUIMAR%C3%83ES-Apol%C3%A-Dtica-brasileira-para-o-Atl%C3%A2ntico-Sul-SICP.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

LE ROUX, Len. The post-apartheid South African military: transforming with the nation. In: RUPIYA, Martin. **Evolutions and revolutions: a contemporary history of militaries in Southern Africa** Institute for Security Studies. [S.l.]: Institute for Security Studies, 2005. Disponível em: <<https://www.issafrica.org/uploads/EVOLUTCHAP9.PDF>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. South African foreign policy, 1945-1999. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Brazilian views on South African foreign policy**. Brasília: FUNAG, 2000. p. 11-90.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000)**. [Brasília]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/439-Brasil_e_a_africa_do_Sul_O.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

PEREIRA, Analúcia D. As relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da colonização à construção do IBAS. **Periódico Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 86-106, 2010. Disponível em: <<http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1707/32>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

PEREIRA, Analúcia D. The South Atlantic, Southern Africa and South America: cooperation and development. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. Porto Alegre, v.2, n.4, p. 31-45, Jul./Dec. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/austral/article/view/41304>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

PORTAL BRASIL. **Em teste: novo míssil da força aérea brasileira atinge alvo**. Brasília: Portal Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/02/em-teste-novo-missil-da-forca-aerea-brasileira-atinge-alvo>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

RUCKS, Jessika T. **A geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil**. Anais do In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Editora Letra1, 2014. Disponível em: <<http://www.editora1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral:** a comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106413>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

SEABRA, Pedro. The missing link: defense cooperation in Brazilian-African relations (2003-2013). In: ISA – FLACSO CONFERENCE GLOBAL AND REGIONAL POWERS IN A CHANGING WORLD, 2014, Buenos Aires. **Anais...** Argentina: Web Isanet, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferencias/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/211ea067-ed68-4326-8464-a03ec-f58438f.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SILVA, Peterson F. A cooperação internacional em programas de produtos de defesa e seus atores: o caso Brasil e África do Sul no desenvolvimento do míssil A-Darter. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000790992>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

SITOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI. military expenditure database. Solna: SIPRI, 2015. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

SOUTH Africa Military Strength: Current military capabilities and available fire-power for 2016 detailed. South Africa: Global Fire Power, 2016. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=south-africa>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

SPENCE, Jack. **South Africa and Brazil:** prospects for co-operation in Southern Africa. In: GUIMARÃES, S. Pinheiro (Ed.). South Africa and Brazil: risks and opportunities in the turmoil of globalisation. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão South Africa and Brazil Seminar, p.143-159, 1996. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0646.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

TAGAREV, Todor. **The art of shaping defense policy:** scope, components, relationships (but no Algorithms). Partnership for peace consortium of defense academies and security studies institutes, 2006. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lang=en&id=24447>>. Acesso em: 06 de maio de 2016.

TAGAREV, Todor. **The art of shaping defense policy:** scope, components, relationships (but no Algorithms). [S.l.]: Conexions, 2006. Disponível em: <<http://connections-qj.org/article/art-shaping-defense-policy-scope-components-relationships-no-algorithms>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

VASCONCELLOS, Carlos A. R. **A sociedade brasileira e a Defesa Nacional:** uma aproximação após a criação do Ministério da Defesa. [S.l.]: Esg, 2016. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/sociedadebrasileira.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

VAZ, Alcides C. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Ipea, n. 16, p. 63-68, abr. / jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap7.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

WILLIAMS, Rocky. Defence in a democracy: The South African defence review and the redefinition of the parameters of the national defence debate. In: WILLIAMS, Rocky; CAWTHRA, Gavin; ABRAHAMS, Diane. **Ourselves to know**: civil-military relations and defence transformation in Southern Africa. [S.l.]: Institute for Security Studies, 2003. Disponível em: <<https://www.issafrica.org/uploads/OURSELVESWILLIAMS.PDF>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

WHITE PAPER ON NATIONAL DEFENCE FOR THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Defence in a democracy**. [S.l.]: Dod.mil, 1996. Disponível em: <<http://www.dod.mil.za/documents/WhitePaperonDef/whitepaper%20on%20defence1996.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

Recebido: 14/07/2016

Aceito: 24/10/2016